

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2019/SMCSU

O Município do Rio Grande, neste ato representado pelo Secretário de Município de Controle e Serviços Urbanos, no uso de suas atribuições legais, **torna público para o conhecimento dos interessados, que está procedendo ao CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2019/SMCSU, para fins de CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS**, para apresentação de projetos dos interessados em firmar Termo de Permissão de Uso de espaço público para fins publicitários em diversas ruas e avenidas, mediante instalação de placas indicativas de nomes dos logradouros (endereços) no Município.

O credenciamento será executado em conformidade com as normas gerais da Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie, nos termos das condições estabelecidas neste edital.

Os envelopes contendo a DOCUMENTAÇÃO exigida no presente Edital deverão ser entregues impreterivelmente até a data da sessão pública a ser realizada nas dependências da Secretaria de Município de Controle e Serviços Urbanos, localizada na Avenida Buarque de Macedo, 499 – Bairro Cidade Nova – Rio Grande/RS **no dia 10 de outubro de 2019 com início às 14 horas, horário de Brasília - DF.**

1 - DO OBJETO

1.1 - Constituem objeto deste Edital, o credenciamento de pessoas jurídicas, com ou sem fins lucrativos, que tenham interesse em apresentar projeto para outorga de permissão de espaço público para fins publicitários mediante o serviço de fixação de placas indicativas de logradouros, para sinalização das vias públicas, **em toda extensão do município** buscando maior facilidade de localização à população, bem como para ambulâncias, correios e demais serviços públicos.

1.2 - A Permissionária será responsável pelos custos e despesas para a instalação e manutenção dos equipamentos autorizados.

1.3 - Fica vedada qualquer alteração quanto à instrução da Secretaria de Município de Controle e Serviços Urbanos, sob pena de rescisão imediata do referido Termo.

1.4 - **A Permissão de uso não será remunerada, somente terá contrapartida da permissionária.**



2 - JUSTIFICATIVA

2.1 - A contratação se justifica em função da necessidade da substituição e ampliação do quantitativo de placas indicativas de logradouros do município de Rio Grande.

2.2 - O presente tem por finalidade orientar a execução dos serviços, fixando métodos construtivos a serem empregados.

2.3 - O licitante participante do certame, ao apresentar a proposta, esclarecerá que não possui dúvidas na interpretação dos detalhes construtivos e das recomendações constantes das especificações apresentadas, e que está ciente de que prevalecem sobre os projetos, sobretudo deverá realizar uma visita prévia de inspeção e confirmar todos os serviços que deverão ser realizados.

2.3.1 - Caberá a executante um exame detalhado do local de serviços, verificando todas as condições e dificuldades para a execução dos mesmos.

2.4 - Os serviços consistem obrigatoriamente em seguir as especificações deste edital e seus anexos, bem como estar de acordo com as boas práticas de construção e normas brasileiras.

2.4.1 - Todos os materiais e sua aplicação ou instalação devem obedecer ao disposto nas normas ABTN (Associação Brasileira de Normas Técnicas), aplicáveis, ou em outras, específicas para cada uso.

3 - LOCAL DOS SERVIÇOS

3.1 – Os pontos onde serão implantados os conjuntos de placas indicativas deverão obedecer exclusivamente às necessidades do Permitente.

3.2 - As novas placas serão instaladas em todas as esquinas do município do Rio Grande, a serem definidas pela Secretaria de Município de Controle e Serviços Urbanos.

3.2.1 - Os equipamentos atualmente existentes a serem substituídos, deverão ser depositados pela permissionária em local a ser indicado pelo município.

3.3 - A empresa executora dos serviços será responsável pelo fornecimento do material necessário para a mobilização, manutenção e desmobilização do local dos serviços.



3.4 - A contratada deverá zelar pela qualidade dos materiais e pelo controle do cronograma.

4 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1 - Poderão participar do presente Chamamento Público qualquer pessoa jurídica que atenda às exigências constantes deste edital, comprovando preencherem os requisitos mínimos de qualificação exigidos, inclusive no que se refere aos documentos requeridos na habilitação conforme item 5.1 deste Edital, que cumpram todas as exigências da legislação urbana e ambiental de proteção da paisagem urbana com objetivo de propiciar e estimular ações a um comportamento mais sustentável e ambientalmente correto à população.

4.2 - Ficam impedidos de participação do Edital, aqueles cujas atividades estejam relacionadas a cigarros e congêneres e bebidas alcoólicas, bem como outras que possam ser consideradas, pelo Poder Público, impróprias aos objetivos propostos neste regulamento ou **quando:**

4.2.1 - declaradas inidôneas por qualquer Órgão da Administração Pública direta ou indireta da União, dos Estados, do Município de Rio Grande ou de outros Municípios da Federação;

4.2.2 - sob processo de concordata ou falência;

4.2.3 - impedidas de licitar, contratar ou transacionar com a Administração Pública;

4.2.4 - impedidas de licitar, de acordo com o previsto no Artigo 9º, da Lei Federal nº 8.666/93.

4.2.5 - Não será permitida a participação de empresas cujos dirigentes do seu quadro técnico sejam servidores do Município ou de suas fundações e autarquias, nos termos do inciso III, do artigo 9º da Lei 8.666/93.

4.3 - As participantes deverão ter pleno conhecimento dos termos deste Edital, Anexos e das condições gerais e particulares do objeto, não podendo invocar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo para o integral cumprimento do Contrato.

5 - DA APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO DO PROPONENTE

5.1 - DA HABILITAÇÃO

5.1.1 - Os documentos de Habilitação, exigidos no presente Chamamento Público deverão ser apresentados em envelope fechado, indevassável e identificado conforme modelo de etiquetas abaixo e deverá ser entregue fechado, na sessão pública a ser realizada na data e hora indicada no preâmbulo deste Edital, não sendo aceito envelopes com atraso.

Razão Social da Empresa

**ENVELOPE 01 - Documentação de Habilitação
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2019/SMCSU**

5.1.2. Habilitação Jurídica:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;**
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor,** em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova de diretoria em exercício e respectivas alterações contratuais.**
- d) Decreto de autorização,** em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- e) Declaração que cumpre com o princípio constitucional descrito no artigo 7º, inciso XXXIII** (“proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz a partir de quatorze anos” - exigência introduzida pela Lei Federal nº 9.854/99), com previsão de que eventual revelação da infringência acarretará imediata inabilitação ou desclassificação, conforme o caso.

5.1.3. Regularidade Fiscal:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);**
- b) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal,** consistente na apresentação da Certidão Negativa de Débito expedida pela Secretaria da Receita Federal e da Certidão Negativa de Dívida Ativa para com a União, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda e Seguridade Social (INSS);
- c) Certidão que prove a regularidade para com a Fazenda Estadual** da jurisdição fiscal do estabelecimento licitante;
- d) Certidão que prove a regularidade para com a Fazenda Municipal** da jurisdição fiscal do estabelecimento licitante;

- e) **Certidão que prove a regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);**
- f) **Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas- (CNDT), nos termos do Título VII-A da CLT, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943.**
- g) **Alvará de localização fornecido pelo Município, pertinente ao seu ramo de atividade, compatível com o objeto do edital, juntamente com comprovante de validade vigente.**

5.1.4. Qualificação Econômica - financeira:

- a) **Certidão Negativa de Concordata, Falência ou Recuperação Judicial do Cartório Distribuidor da Comarca sede da proponente, emitida a menos de 30 dias da data de abertura do Edital.**

5.1.5. Qualificação técnica e Operacional:

- a) **Declaração de Idoneidade e de Capacidade Operativa, para licitar ou contratar com a administração pública, declarando sob as penas da lei, de que inexistem fatos impeditivos da sua habilitação e que possui capacidade operativa conforme modelo deste Edital.**
- b) **Prova constituída, mediante apresentação de atestado(s), expedido (s) por pessoa jurídica de direito público e/ou privado, que constate a aptidão da empresa para fornecimento do objeto compatível a este edital, comprovando a eficiência e eficácia do produto apresentado.**
- c) **Manifestação de interesse, conforme modelo constante no anexo do Edital.**
- d) **Apresentação de Projeto com proposta, conforme descrições e informações solicitadas e constantes no anexo do Edital;**

5.2- Fica reservado ao município Rio Grande, o direito de rejeitar qualquer pedido de habilitação, ou todos eles, fundamentadamente.

5.3. Fica proibido o recebimento de documentos fora dos prazos estabelecidos neste edital.

6 - DO EXAME DOS DOCUMENTOS JURÍDICOS, FISCAIS E ECONÔMICOS

6.1- A documentação será examinada pela Secretaria de Município de Controle e Serviços Urbanos para constatação da conformidade com este edital.

6.2- Durante a análise dos documentos poderá ser solicitado ao interessado informações e documentos adicionais que complementem o processo de Habilitação.



6.3- A Secretaria de Município de Controle e Serviços Urbanos poderá proceder a diligências em documentos ou instalações e equipamentos do interessado a fim de fundamentarem seu parecer.

6.4- Julgando necessário, poderá solicitar parecer especializado de qualquer órgão Municipal ou Estadual, para subsidiar suas decisões, não só para o exame de documentos jurídicos fiscais e econômicos, mas também para avaliação da capacidade técnica e operacional.

7- DA AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE TÉCNICA E OPERACIONAL

7.1- A Secretaria de Município de Controle e Serviços Urbanos procederá à avaliação da viabilidade técnica e operacional dos interessados.

7.2- Havendo necessidade, Secretaria de Município de Controle e Serviços Urbanos poderá solicitar informações e documentos complementares, inclusive desenhos e plantas das instalações físicas dos requerentes, e relação e catálogo de equipamentos utilizados em cada procedimento.

7.3- Para verificar a viabilidade operacional a Secretaria de Município de Controle e Serviços Urbanos poderá solicitar a qualquer tempo a relação de compromissos assumidos pelo interessado que importem em diminuição de sua capacidade operativa para atendimento ao município do Rio Grande.

8- DA DECISÃO

8.1- Após a análise da documentação Secretaria de Município de Controle e Serviços Urbanos emitirá seu parecer, sendo registrado em ata e anexado aos autos do processo da Chamada Publica nº 002/2019/SMCSU.

8.2- Todas as decisões serão publicadas no site oficial do Município.

8.3 - Serão selecionados para o serviço os interessados que atenderem a todos os requisitos do presente Edital e obtiverem maior pontuação na avaliação da experiência e da capacidade operacional conforme previsto no Item 9 deste edital.

9-DA SELEÇÃO DO CONTRATO

9.1 – Para efeito de avaliação e pontuação será analisado a **experiência e a capacidade operacional** que obedecerá aos seguintes parâmetros:

- a) Experiência e capacidade operacional 10 (dez) pontos para cada atestado, expedido por pessoa jurídica de direito público e/ou privado, que constate a

aptidão da empresa para fornecimento do objeto compatível a este edital, comprovando a eficiência e eficácia do produto apresentado. **Máximo 40 pontos**

- b) Projeto com proposta, conforme descrições e informações solicitadas, constante no anexo II. **Máximo 60 pontos**

Total 100 pontos;

9.2- A nota de cada projeto será obtida pelo somatório dos pontos de cada aspecto avaliado, conforme critério de classificação e aprovação definidas acima.

9.3- A pontuação mínima necessária para habilitação é de 50 (cinquenta) pontos.

9.4- A seleção da empresa para a formalização do contrato será feita pelo município através de parecer fundamentado emitido pela Secretaria de Município de Controle e Serviços Urbanos, pontuando-se cada um dos critérios de seleção acima elencados, fundamentando as razões para a sua escolha, com base nos critérios de avaliação enumerados neste edital.

9.5-Serão habilitadas todas as empresas aprovadas, sendo selecionadas para a celebração do contrato até duas empresas, observando a ordem de classificação.

9.6 – Em caso de empate no somatório dos pontos, o desempate se dará através da realização de sorteio.

10 - RESULTADOS E HOMOLOGAÇÃO

10.1 Os resultados da seleção dos projetos serão publicados pela Secretaria de Município de Controle e Serviços Urbanos no dia **25 de outubro de 2019** em mural na sede da secretaria e no site do Município.

10.2 A Secretaria de Município de Controle e Serviços Urbanos reserva-se ao direito de recomendar ou solicitar ao selecionados deste Edital, ajustes nos projetos de oferta de serviços e/ou arquitetônico, no intuito de melhor atender a população e de se adequar ao local de instalação.

10.3 Em até 05 (cinco) dias úteis após a publicação dos resultados, a Comissão, notificará o Proponente para assinatura do Termo de Permissão de Uso e do Termo de Início das instalações das placas.

11 DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 Serão desconsideradas as propostas que estejam em desacordo com este Edital.



11.2 A entrega do envelope de propostas do projeto vincula a declarante à veracidade das informações prestadas assim como anuência aos termos do Edital e a comissão terá autonomia para eliminar projetos, a qualquer momento, quando constatada a ocorrência de fraude.

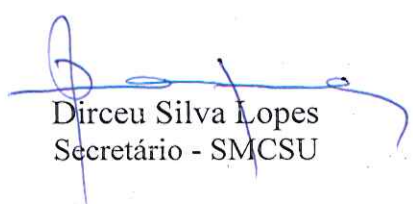
11.3 As informações a respeito do cadastramento das empresas junto ao Município do Rio Grande poderão ser obtidas na Secretaria de Município de Controle e Serviços Urbanos, localizada na Avenida Buarque de Macedo, 499 – Bairro Cidade Nova – Rio Grande/RS, no horário das 08h00min h às 11h00min h e das 14h00min h às 17h00min h de segunda a sexta-feira ou pelo Fone: (53) 3232.3437.

11.4 O município Rio Grande se reserva ao direito de revisar, suspender ou cancelar unilateralmente este Edital, no todo ou em parte, até a publicação do resultado final, sempre que houver impossibilidade na sua execução ou surgirem motivos impeditivos a sua continuidade, não cabendo aos participantes quaisquer direitos, vantagens ou reclamações, a que título for.

11.5 A participação neste Chamamento Público implica na aceitação integral e irretratável pelos participantes nos termos, cláusulas e condições deste Edital, que passarão a integrar as obrigações da Permissionária, bem como na observância dos regulamentos administrativos e das normas técnicas aplicáveis, não sendo aceita, sob qualquer hipótese, alegação de seu desconhecimento em qualquer fase do procedimento administrativo ou na sua execução.

11.8 Integram este Edital os seguintes anexos: Anexo I – Termo de Referência; Anexo II – Manifestação de interesse; Anexo III Modelo de Projeto e Proposta; - Anexo IV – Declaração de cumprimento do Art. 7º da CF; Anexo V – Declaração de Idoneidade e de Capacidade Operativa; Anexo VI – Minuta Termo de Permissão de Uso e Anexo VII – Memorial Descritivo.

Rio Grande, 11 de setembro de 2019.



Dirceu Silva Lopes
Secretário - SMCSU